



CÂMARA DOS DEPUTADOS

MPV 765  
00297

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 765, DE 2016.**  
(Do Poder Executivo)

Altera a remuneração de servidores de ex-Territórios e de servidores públicos federais; reorganiza cargos e carreiras, estabelece regras de incorporação de gratificação de desempenho a aposentadorias e pensões, e dá outras providências.



CD/17160.11474-43

**EMENDA MODIFICATIVA**

O art. 9º da Medida Provisória nº 765, de 2016, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 9º Os servidores ativos somente perceberão o Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira quando em efetivo exercício no cargo durante, pelo menos, metade do período de apuração.

§ 1º Para fins da apuração do tempo mínimo de que trata o *caput*, não serão considerados os afastamentos ou as licenças:

I - para atividade política; e

II - não remuneradas.

§ 2º Na hipótese de mudança de nível de percentual nas



Tabelas dos Anexos III e IV durante o período de apuração, o valor individual do Bônus de Eficiência e Produtividade na Atividade Tributária e Aduaneira será pago com base no percentual correspondente ao nível de percentual em que tenha permanecido a maior parte do período, ou, em caso de empate, o nível de maior percentual.” (NR)



CD/17160.11474-43

## JUSTIFICAÇÃO

Não se justifica a supressão de importante parcela remuneratória dos servidores que estejam afastados para exercício de mandato político, haja vista tratar-se de direito garantido pela Constituição Federal e pela legislação infra legal pertinente, além de constituir a expressão máxima do exercício de uma cidadania ativa.

A Constituição Federal, em seu artigo 38, incisos II e III, garante aos servidores públicos, investidos em mandato eletivo municipal, a manutenção integral da remuneração. Além disso, o inciso IV do mesmo artigo da CR garante aos servidores, afastados para exercício de mandato eletivo, a contagem do tempo respectivo como de efetivo exercício.

No caso dos integrantes dos cargos efetivos da Carreira Tributária e Aduaneira da Receita Federal do Brasil, em particular, o artigo 26 da mesma Medida Provisória nº 765/2016 prevê que sua remuneração passa a ser constituída por vencimento básico mais as parcelas previstas em lei.



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

Finalmente, devemos frisar que esta emenda também visa restabelecer parte do texto do substitutivo ao Projeto de Lei nº 5.864/2016, aprovado em Comissão Especial da Câmara dos Deputados instituída para sua apreciação, após amplo debate.

Ante o exposto, espero contar com os ilustres pares para a aprovação da emenda.

Sala da Comissão, 7 de fevereiro de 2017.

Deputado Jovair Arantes

PTB/GO



CD/17160.11474-43